**COMO FICAM AS INFÂNCIAS QUANDO A CIDADE INCHA? CRIANÇAS E MIGRAÇÕES URBANAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Thais Coutinho de Barros Coelho -FFP/ UERJ

Tamara de Oliveira Silva - FFP/ UERJ

Resumo

O presente artigo é fruto de questões iniciais sobre infâncias e migrações urbanas a partir da divulgação do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023). Diante dos dados sobre crescimento e retração demográfica no Brasil/Estado do Rio de Janeiro, evidenciou-se um reordenamento demográfico espacial no país, no qual muitas cidades sofreram consideráveis impactos, sendo que algumas cidades sofreram diminuições populacionais e outras um aumento populacional não planejado. Compreendemos que essas migrações impactam diretamente a vida das pessoas, principalmente, as crianças que sofrem a questão das migrações urbanas.

Palavras Chaves: Migração urbana; Crianças e a Cidade; Território usado; Direito à Cidade.

INTRODUÇÃO

Os resultados dos dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destacam os municípios que mais cresceram demograficamente no país. Cabe apontar que o Censo Demográfico recente foi disponibilizado depois de dois anos de atraso por diversos motivos, dentre eles a pandemia da Covid-19, as questões orçamentárias e logísticas. Os primeiros indícios de que o Censo iria sofrer atrasos na sua aplicação, ocorreu no ano de 2019, no primeiro ano de governo do Ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Cabe ainda destacar a importância do IBGE como o principal provedor de dados e informações do país e que a partir deste levantamento é possível também traçar um perfil socioeconômico, além de atender as necessidades de planejamento de órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

De acordo com a Empresa Brasil de Comunicações (EBC) foi feito um levantamento das 20 cidades que mais cresceram no país, porém nosso recorte será o Estado do Rio de Janeiro com a cidade de Maricá (RJ) com 54,8% que ocupa a 9° colocação e que faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

Por meio do último censo do IBGE 2022 foi possível constatar que a cidade de Maricá localizada no Leste Metropolitano apresenta uma população de 197.300 pessoas (IBGE, 2023) e que a cidade tem uma densidade demográfica de 545,67 habitantes por km². Em contrapartida, a cidade de São Gonçalo, que também faz parte do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, apresentou uma diminuição populacional considerável, sendo que os dados de retração populacional foram muito significativos, pois havia uma população de 999.728 pessoas em 2010 e os dados de 2022 revelaram que a cidade conta com 896.744 pessoas. Assim, podemos observar que na cidade houve crescimento negativo da população de -10,3%.

Para a cidade de Maricá, em nossa análise, um dos fatores que justifica o aumento demográfico está relacionado à busca pela melhoria de vida, com as ações sociais que foram criadas pela gestão atual reeleita, com o uso dos *royalties[[1]](#footnote-1)* do petróleo. Além de políticas públicas que vem tornando a cidade mais *atrativa*, como os programas de Tarifa Zero, que disponibiliza transporte entre os bairros, não cobrando tarifa de deslocamento, a moeda Social *Mumbuca*, moeda local, que é aceita em quase todos os estabelecimentos de Maricá possibilitando às pessoas consumirem lugares diversos, as obras de urbanização, a disponibilização de bicicletas para uso em trabalho e passeios, a construção de vários condomínios pela região, sendo que esses são de iniciativa privada, o passaporte universitário através de um Programa municipal que permite a moradores de baixa renda o acesso ao estudo universitário em instituições privadas através de concessão de bolsas, entre outros.

De modo geral, quando se dá o aumento demográfico não planejado, torna-se necessário a adoção de políticas públicas, principalmente no contexto local, tais como aumento de vagas nas escolas, atendimento nos postos de saúde, mais espaços de lazer, tem que haver um ordenamento tanto na estrutura de diversas áreas como também na infraestrutura delas. Sendo assim, trazemos algumas perguntas: há um planejamento público para tal aumento, além do esperado por eles com o crescimento dos “condomínios de luxo” como alguns moradores denominam? Há uma política pública pensada para acolher os sujeitos que estão migrando para os diferentes lugares/bairros da cidade? Há escolas suficientes? Postos de saúde? Garantia de bem estar social e moradia? Será que há planejamento municipal intersetorial pela Primeira Infância, por exemplo? Entendemos que sem um planejamento urbano no plano municipal, o crescimento desordenado do município pode gerar situações de conflitos e disputas acirradas pelos acessos aos bens públicos, impactando de forma negativa a vida dos moradores/as.

Com os novos migrantes que Maricá recebeu, nos cabe problematizar se essa *chegada* impacta tanto o território, quanto a vida das pessoas que se mudaram para lá. Imaginem as crianças pequenas, nosso foco de estudo e preocupação. Ao mudarem de cidade, muitas delas perdem uma parte do pertencimento ao lugar vivido anteriormente, o que dificulta a sua sociabilidade com os/as amigos/as, perdendo inúmeras vezes a sua escola, o seu espaço de convivência, o que pode gerar a sensação de sofrimento, angústia com as diversas perdas vividas no território usado (Santos, 1996).

As pessoas se reconhecem e se sentem pertencente ao seu território e muitas vezes é o espaço que vai definir, o espaço é hierarquizado, todo espaço tem uma hierarquia que a sociedade capitalista vigente demarca, o “efeito do lugar” (Bourdieu, 1997) nos rotula. O nosso lugar de moradia vai nos taxar como perigosos ou pessoa de “bem e de bens”, vai nos dar ou tirar segurança pública, vai pensar o sujeito como pessoa humana ou como um subcidadão, pois o território de onde viemos nos marca, “o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, e, sem dúvida sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência desapercebida” (Bourdieu, 1997, p.163). As migrações feitas nos territórios também deixam suas mazelas, por muitas às vezes tais mudanças ocorrem por violência urbana no local em que estão, pela questão econômica e familiar, dessa forma tornam-se “migrantes dentro da própria cidade” (Santos,2009)

Em diálogo com Milton Santos podemos perceber que não deveria haver divisão de pessoas de acordo com seu território, “que a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe.” (Santos, 1996, p. 116)

De acordo com Santos (2009) entendemos que “os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos.” (Santos, 2009, p.112). O lugar no qual estamos inseridos ou fomos obrigados a nos estabelecer está ligado, muitas vezes, a globalização, aos interesses do capital, a construção desta sociedade doente pelo excesso do consumismo, das doenças de uma sociedade que visa apenas lucro não importa à custa de quem, expropriando dos pobres aquilo que pouco têm. Santos (2009) nos ensina que:

“o território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra- ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados.” (Santos, 2009, p.113)

Defendemos assim, que o território nos constitui, nos forma e nos constrói, a partir dele que criamos identidades, adquirimos nosso capital cultural, criamos vínculos sociais e culturais. E novamente em diálogo com Santos (2009), concordamos que:

“O papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro.” ( Santos, 2009,p. 114)

Nesse sentido, pode-se dizer que os sujeitos precisam estar no mundo sentindo- se pertencente a ele, não ser apenas uma massa manipulada, mas despertar uma consciência crítica de saber que ele pertence e tem o direito de intervir na sociedade. Somente quando o sujeito aprender que ele faz parte da sociedade e não apenas está nela, ele será liberto, vai pensar criticamente e assim vai pensar o futuro, com isso a “existência é produtora de sua própria pedagogia.” (Santos, 2009).

Entendendo que o lugar está fortemente ligado à nossa construção pessoal e social, compreendemos da mesma forma, que as crianças estão ligadas também a ele. E a *desterritorialização* delas também é difícil. Lopes diz que:

“O sentido de infância é atravessado, dessa forma, pelas dimensões do espaço e do tempo que, ao se agregarem com o grupo social, produzem diferentes arranjos culturais e diferentes formas de ser criança, traços simbólicos carregados por toda vida.” (Lopes, 2006,p. 111)

Ao pensar a partir dessa concepção, a mudança/migração de bairro ou município, significa recriar outros grupos sociais e arranjos culturais, que ela carregará como uma marca para a vida. “Toda criança é criança de um lugar” (Lopes, 2006), que possui sua subjetividade e seu modo único de ser criança.

O objetivo desse *texto-pretexto*, não está em trazer respostas, mas a busca de questionamentos, oportunizando algumas reflexões e questões sobre crianças que são impactadas com as migrações dos seus familiares. E de como essas cidades os recebem. E o exercício de pensar sobre essas questões nos trazem algumas interrogações: como é a ideia de pertencimento da criança migrante com o novo local que está inserida? Como a escola acolhe as crianças que já são *recém*-*chegadas* ao mundo e *recém-chegadas* a um novo lugar? Como elas constituem suas identidades? Como mantêm elos com o lugar de origem e com o novo? Como a escola pode contribuir para essa complexa formação cultural, espacial identitária dessa criança? Essas questões nos ajudam a pensar o futuro, e pensar o futuro é compreender que são os mais jovens que viverão mais tempo na cidade, sendo eles e elas que irão construir o presente, de olho no futuro por vir, propiciando o direito à cidade(Tavares, 2016 ).

Pensando ainda na garantia de direito à educação de qualidade para todos, ficam alguns questionamentos, que, embora, não tenhamos a pretensão de responder, achamos necessário interpelar: será que essas 20 cidades impactadas pela “migração não planejada” estão preparadas para garantir o acesso e a permanência dessas crianças na escola? As cidades estão preparadas para recebê-las? Haverá oferta de creches em número suficiente para que as mães das classes populares possam trabalhar? Haverá condições de mobilidade e transporte escolar acessível e seguro para as crianças e seus respectivos responsáveis? Haverá garantia do direito da primeira infância à cidade, de forma segura e inclusiva? Essas e outras questões nos animam a continuar nossas redes de estudo e de solidariedade também nas cidades.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEL. Royalties, 2020. Disponível em: [Royalties — Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (](https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/royalties-e-outras-participacoes/royalties)[www.gov.br](http://www.gov.br)[)](https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/royalties-e-outras-participacoes/royalties). Acesso em: 18 maio 2024.

BOURDIEU, P. Efeitos de Lugar. In Bourdieu, P. (coord.) A miséria do mundo. Vozes, Petrópolis, 1997.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:<https://censo2022.ibge.gov.br/> Acesso em: 27 jul. 2023.

LOPES, J. J. M; VASCONCELLOS, Tânia de. Geografia da Infância: Territorialidades Infantis. In: Currículo sem Fronteiras, v.6, n.1, pp. 103-127, Jan/Jun 2006. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss1articles/lop\_vasc.pdf

RODRIGUES, Léo. Sete cidades superam 100 mil habitantes após aumento acima de 40%. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/sete-cidades-superam-100-mil-habitantes-apos-aumento-acima-de-40>>. Acesso em 27 de julho de 2023.

SANTOS, Milton. O Espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1996.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. 174 p.

TAVARES, M. T. G.; LARANJEIRA, C. A cidade como um livro de espaços: lendo e pensando a cidade com a(s) infância(s) em São Gonçalo. **RevistAleph**, n.26, 2016.

1. Os royalties são uma compensação financeira devida à União, aos estados, ao Distrito Federal - DF e aos municípios beneficiários pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro: uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos não renováveis. [↑](#footnote-ref-1)